

Francisca Senhorinha da Motta Diniz: Trajetória de uma feminista do século XIX.

Fernanda Alina de Almeida Andrade

Resumo: Este artigo busca relatar alguns dados biográficos de Francisca Senhorinha da Motta Diniz, escritora, editora e proprietária de jornal, professora e atuante do movimento pelos direitos das mulheres durante o século XIX. O objetivo é relacionar a produção literária de Francisca Diniz com suas propostas de emancipação feminina, bem como, relacioná-las com sua trajetória pessoal. Constituem fontes deste trabalho os periódicos feministas **O Sexo Feminino (1873 – 1889)** e **O Quinze de Novembro do Sexo Feminino (1889 – 1890)**; a revista **Primavera** (1880) - escritos e editados por ela - e o romance, de sua autoria, **A Judia Rachel**, publicado em 1886.

Palavras-chave: Gênero e cultura; História Cultural; Feminismo; biografia.

Francisca Senhorinha da Motta Diniz: Journey of a 19th century feminist

Abstract: This article aims to relate some of the biographical issues of Francisca Senhorinha da Motta Diniz, who used to

be a writer, editor and owner of a journal which made a great difference during the 19th century women's movement on the way for their rights. This is to relate Francisca Diniz's literary works to her proposals on the women's emancipation as well as to associate her professional background with her personal history. Here are some of her feminist publications: *O Sexo Feminino* (1873 – 1889), *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino* (1889 – 1890), the magazine *Primavera* (1880) - written and edited by her- in addition to the novel *A Judia Rachel*, by Francisca Diniz, published in 1886.

Keywords: Gender and culture; Cultural History; Feminism; biography.

Se atendermos que a palavra foi dada à criatura humana para por meio dela, esta mesma criatura tirar vantagens preciosas da sociedade e cumprir os deveres a que está ligada para com seus semelhantes, facilmente se conhecerá que o uso que dela devemos fazer não deve ser oposto aos nossos sentimentos, nem aos deveres de sociabilidade.

Esta citação foi retirada de um exemplar do jornal *O Sexo Feminino*, de 14 de setembro de 1889, e é bastante ilustrativa do pensamento de Francisca Senhorinha da Motta Diniz, uma mulher que recorreu à palavra escrita como meio

de conduzir sua vida e como instrumento de expressão e defesa de seus ideais. Francisca Diniz foi professora, proprietária de colégio, escritora, editora de jornal. Produziu dois periódicos feministas: *O Sexo Feminino* e *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*. Editou uma revista de caráter cultural, *A Primavera*, e uma revista de caráter abolicionista, *A Voz da Verdade*¹. Publicou um romance, *A Judia Rachel* e foi colaboradora da revista *A Estação*². Foi uma das precursoras do movimento feminista brasileiro³. Em todos os seus escritos, Francisca Diniz defendeu a emancipação das mulheres, defendeu a ampliação de seus direitos, promoveu a educação no Brasil, em especial a educação feminina, lutou contra a pena de morte e a escravidão e, transformou a imprensa e a palavra escrita em um espaço de contornos políticos.

107

¹ Infelizmente, não foi encontrado nenhum exemplar dessa revista no acervo da Biblioteca Nacional. Entretanto, encontram-se referências a três exemplares dessa revista no trabalho de HAHNER, June. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850 – 1937**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981, p. 48; no qual é destacado o caráter abolicionista de *A Voz da Verdade*.

² *A Estação* era um suplemento, em português, da revista de modas francesa *La Saison* publicado, entre 1871 e 1879, pela casa Lombaerts. A partir de 1879, o suplemento deu lugar a uma versão brasileira da revista.

³ Neste trabalho, considera-se movimento feminista como um movimento que não se organiza, necessariamente, de uma forma centralizada. Ele caracteriza-se pela auto-organização das mulheres em suas múltiplas frentes, como em grupos pequenos, onde se expressam as vivências próprias de cada mulher. O feminismo manifesta-se em grupos organizados, manifestações culturais ou outras formas de expressão e na esfera doméstica. O feminismo abarca todos os aspectos da emancipação das mulheres e inclui qualquer luta para melhorar sua condição social, política ou econômica. Sobre a definição de feminismo e movimentos feministas, ver: ALVES, Branca Moreira; PITANGUI, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1981. HAHNER, June, op. cit.

A leitura dos exemplares de *O Sexo Feminino* tornou possível o levantamento das informações sobre a vida de Francisca Diniz, uma vez que não há notícias de qualquer biografia sistematizada dessa autora. Ao expor sua vida nas páginas de seu jornal, Francisca Diniz estabeleceu uma relação de cumplicidade com o seu público. É por meio de seus escritos, que ela convidava o leitor a compartilhar momentos e acontecimentos de sua história pessoal.

Em 07 de setembro de 1873, na cidade de Campanha, Minas Gerais, Francisca Senhorinha da Motta Diniz lançou o periódico *O Sexo Feminino*. Ela era, ao mesmo tempo, a proprietária e redatora do jornal. Exatamente um ano depois, 07 de setembro de 1874, ela se despede da cidade mineira, repetindo, tal qual no primeiro exemplar, referências elogiosas à Independência do Brasil de Portugal, o que sugere que a escolha da data de lançamento do jornal não havia sido aleatória. Em 22 de julho de 1875, menos de um ano após sua transferência para a capital do Império, o jornal começa a ser editado na cidade do Rio de Janeiro, sendo publicado até o ano de 1890.

Francisca Senhorinha da Motta Diniz nasceu em São João del-Rei, filha de Eduardo Gonçalves da Motta Ramos e de D. Gertrudes Alves de Mello Ramos⁴. Não foi possível localizar o ano de seu nascimento, entretanto, os primeiros

⁴ BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario bibliographico brasileiro**. Rio de Janeiro: 1883-1902, p. 371.

indícios da atividade de Francisca Diniz no magistério datam de 1854 quando, provavelmente ainda solteira, trabalhava como professora interina na Villa do Uberaba⁵. Posteriormente, mudou-se para Campanha, onde casou-se com José Joaquim da Silva, advogado, professor de pedagogia da Escola Normal de Campanha⁶ e proprietário do jornal *O Monarchista*⁷. Teve três filhas, Amélia Diniz, Albertina Diniz e Elisa Diniz⁸. Foi na cidade de Campanha, que ela iniciou sua participação na reivindicação dos direitos das mulheres, ao iniciar a publicação do jornal *O Sexo Feminino: um semanário dedicado aos interesses das mulheres*. Tudo indica que José Joaquim da Silva, o marido Francisca Diniz, apoiou a iniciativa de sua esposa em publicar *O Sexo Feminino*, cedendo, para tanto, a tipografia de seu próprio jornal. Entretanto, a relação entre *O Sexo Feminino* e *O Monarchista*, nem sempre foi amistosa em relação às idéias defendidas.

A cidade de Campanha destacou-se, durante o século XIX, como um centro cultural na região sul de Minas, sendo

⁵ NASCIMENTO, Cecília Vieira do. **O Sexo Feminino em campanha pela emancipação da mulher (1873 – 1874)**. Belo Horizonte: UFMG, 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004, p. 25.

⁶ *O Sexo Feminino*, 21 de fevereiro de 1874.

⁷ NASCIMENTO, Cecília Vieira do, op. cit. p. 46.

⁸ *O Sexo Feminino*, 08 de agosto de 1875. Consta no SHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. **Dicionário mulheres do Brasil**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000, p. 246. que Francisca Diniz teve apenas duas filhas. Entretanto, foram encontradas, em exemplares de *O Sexo Feminino*, referências a três filhas.

que, durante o Império, assistiu à criação de 31 jornais, a grande maioria deles de duração de até 01 ano. Pelo que se percebe, Campanha dedicou uma atenção, pouco usual para a época, à instrução feminina. Quadro sobre a frequência escolar da cidade, publicado no jornal *O Sul de Minas* de 09 de outubro de 1859, registra a presença de 52 alunos nos cursos de latim e francês, 53 alunos no 2º grau de instrução primária para meninos, 64 alunas no 1º grau para meninas. A cidade possuía, em 1870, uma escola de propriedade de uma mulher: o Colégio Mariano, fundado por D. Francisca Candido Mariano. A instalação da Escola Normal, na cidade de Campanha, deu-se em 1873 e o único nome feminino que figura na listagem do corpo docente é o de Francisca Diniz⁹.

O magistério foi, para Francisca Diniz, não apenas espaço para manifestação de suas idéias, mas também, fonte de renda, visto que com a morte de seu marido, esposa e filhas tiveram que garantir seu sustento. Para sobreviver economicamente, Francisca Diniz e suas filhas tiveram de suplementar o magistério e a publicação do jornal com proventos que iam desde lições de piano até traduções¹⁰. Com certeza, a necessidade de se sustentar financeiramente e sustentar suas filhas colaborou para a construção do discurso de Francisca Diniz em defesa da participação das mulheres no mercado de trabalho. Uma das justificativas que

⁹ VALLADÃO, Alfredo. **Campanha da Princeza**. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1942, p. 72.

¹⁰ HAHNER, June, op. cit. p 99 – 100.

ela utilizava para defender a educação feminina e o preparo das mulheres para o exercício de uma profissão era, exatamente, a possibilidade da mulher encontrar-se em alguma situação adversa ou de necessidade: viuvez, a condição de solteira, mau uso do dinheiro da família por parte do marido, etc...

A reivindicação principal de todos os órgãos da imprensa feminina do século XIX (vinculados à causa da emancipação da mulher) era o acesso das mulheres à educação, vista como necessária para a formação da esposa e preparação da mãe de família, apta a desempenhar seu papel de guardiã da moral, da religião e do futuro da nação, por meio de seus filhos. O objetivo principal do periódico *O Sexo Feminino* seria promover a educação das mulheres e, conseqüentemente, sua participação no universo letrado.

111

Graças às luzes deste século – aos passos gigantescos do progresso – à ilustração difundida pela imprensa, , já não se depara com um pai de família que ouse impunemente dizer – não é preciso, não quero que minha filha aprenda a ler¹¹.

Apesar de *O Sexo Feminino* não ter feito parte de uma imprensa educacional, ou seja, não ser um periódico destinado exclusivamente aos professores e professoras, a grande maioria de seu conteúdo versava sobre a importância

¹¹ *O Sexo Feminino*, 27 de setembro de 1873.

da educação. Para Francisca Diniz, o grau de progresso e civilização de uma nação deveria ser medido através da existência, ou não, de uma população culta e instruída. O semanário *O Sexo Feminino* denominava o século XIX como o século das Luzes e entendia a educação como um processo de regeneração social, fundamental para aferição do índice de civilidade e para a construção de uma sociedade mais justa. Segundo Francisca Diniz: “o século XIX parece ter cerrado fileira, chamando a postos todos os sábios do mundo para a um só plano estratégico, de todos conhecido, debelarem a hidra da ignorância”¹². É claro que para a escritora, a regeneração social somente seria, efetivamente, um projeto, se associada à ilustração da mulher ou, o que ela denominava a *racional emancipação da mulher*. No caso específico da questão feminina, havia um consenso de que não era mais possível admitir que metade da população estivesse numa situação absurda de inferioridade, ou seja, um consenso em torno da idéia de que uma sociedade não evolui se não cuidar também da educação das mulheres¹³. Francisca Diniz defendia a tese da estreita relação entre o cuidado com a educação feminina e o desenvolvimento de uma nação.

A educação era concebida como um meio para ser atingir um determinado fim. Ela deveria atender a um fim

¹² O Sexo Feminino, 14 de janeiro de 1874.

¹³ DUARTE. Constância Lima, A ficção didática de Nísia Floresta. In: **500 Anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000, p. 293.

social. Mais especificamente no caso da educação das mulheres, a importância de sua educação estaria na possibilidade real da construção da família burguesa brasileira. Ao contribuir para a construção da perfeita imagem da mãe de família, a educação estaria fazendo com que a mulher correspondesse à sua nobre função social. Mas, paradoxalmente, a educação também era proposta como meio de independência, liberdade, iniciativa e posicionamento para as mulheres.

No século XIX, as mulheres não eram formalmente proibidas de frequentar as escolas, entretanto, as escolas de meninas destinavam-se mais ao ensino das prendas domésticas, às orações e aos rudimentos de leitura. Desde seu início, a educação feminina foi concebida a partir de uma visão romântica: precisava ser uma educação calcada na religião e na moral, necessária apenas para estimular a dignidade e preparar a futura mulher para assumir as funções de mãe e esposa junto à família. No ensino brasileiro, a diferenciação da educação entre homens e mulheres ocorria em relação ao currículo. As meninas deveriam aprender a ler, escrever e fazer as quatro operações. A parte relativa a decimais e proporções, bem como, o estudo da geometria, que fazia parte do currículo dos meninos, era interdita às meninas. No entanto, elas aprenderiam a coser, a bordar e as demais matérias próprias da educação doméstica. Durante todo o século XIX, veremos firmada essa diferenciação nos

currículos tanto das escolas primárias femininas, quanto nas seções femininas das escolas normais¹⁴. Nesse sentido, as moças ficavam restritas ao ensino primário e ao desenvolvimento de habilidades manuais, não projetando uma expectativa de continuação de ensino para o secundário e o superior; ou seja, para as mulheres o aprendizado deveria restringir-se às primeiras letras. Tal projeto ficava bem distante, portanto, de um projeto de formação intelectualizada, reservada ao segmento masculino da população¹⁵.

Francisca Diniz ao mudar-se para o Rio de Janeiro, em 1875, tornou-se uma conceituada professora na Corte¹⁶. Na capital do Império, Francisca Diniz dirigiu o Colégio Maternal de Nossa Senhora da Penha, que funcionava em sua residência, recebendo meninas pensionistas, meio-pensionistas e externas. Recebia meninos em regime de meia pensão e externos para prepará-los nas matérias do 1º e 2º ano do Colégio D. Pedro II. Dirigiu, também, com a colaboração de suas filhas, o Colégio Santa Izabel. Nesse colégio, os meninos recebiam o ensino primário, como alunos externos, até a idade de 9 anos. As meninas poderiam ser

¹⁴ VILLELA, Heloísa de O. S. O mestre escola e a professora. In: **500 Anos de educação no Brasil**. op. cit. p. 109.

¹⁵ DUARTE, Constância Lima, op. cit. p. 293. E FARIA FILHO, Luciano Mendes, VILLELA, In: **500 Anos de educação no Brasil**. op. cit. p. 136.

¹⁶ DUARTE, Constância Lima. A mulher e o jornalismo: contribuição para uma história da imprensa feminista. In: **Mulher**: cinco séculos de desenvolvimento na América: capítulo Brasil. Belo Horizonte: Federação Internacional de Mulheres da Carreira Jurídica, 1999, p. 426.

alunas do ensino primário e secundário, em regime interno ou externo¹⁷. O Colégio Santa Isabel mereceu o seguinte comentário:

Bem cabia a qualificação de completamente novo, ao estabelecimento, que a ilustre escritora e professora, e suas filhas, estavam fundando, como verdadeiras precursoras no Brasil. E lograram elas sucesso no seu empreendimento, pois, pelo menos até 1893, ainda existia o Colégio Santa Isabel, (...) ¹⁸.

Na direção do Colégio Maternal Nossa Senhora da Penha, Francisca Diniz preparava os alunos do sexo masculino para entrada no Colégio Pedro II, sendo que havia uma sala separada para os estudos dos meninos. Entretanto, no Colégio Santa Isabel, havia a ênfase na educação feminina. Nesse colégio, ministrava-se o primário e o secundário para moças. As matérias do primário eram: leitura e escrita (caligrafia); gramática portuguesa; aritmética, até frações decimais; noções de geometria plana; sistema métrico legal; noções de geografia; elementos de história pátria e música vocal. No currículo do Colégio Santa Isabel foram acrescentadas matérias para as meninas, que, usualmente, eram restritas aos meninos. Havia, ainda, evidentemente, as matérias destinadas ao aperfeiçoamento moral: instrução

¹⁷ O Sexo Feminino, 16 de junho de 1889.

¹⁸ VALLADÃO, Alfredo, op. cit. p. 251 – 252.

moral e religiosa, princípios de moral e civilidade e história sagrada. Apesar de no programa constar avanços no conteúdo oferecidos às meninas, não ficaram de fora as famosas prendas domésticas, tão importantes na preparação da mãe de família: economia doméstica; corte e feitiço de roupa branca; bordado branco; crochê e ponto de marca. No ensino secundário, que no Colégio Santa Izabel era oferecido somente às moças, constavam as seguintes matérias: instrução moral e religiosa desenvolvida; história antiga, média, moderna e contemporânea; leitura de clássicos em prosa e verso; redação e estilo epistolar; pedagogia com desenvolvimento da tríplice educação; gramática portuguesa a fundo, aritmética completa e o sistema métrico; geografia geral. A parte referente a trabalhos domésticos manteve-se, com acréscimos, claro. Havia a introdução do estudo de línguas estrangeiras: francês, inglês, alemão e italiano. A parte de ciências – álgebra, geometria e cálculo; moral geral e noções de filosofia; higiene e medicina prática; história natural e fisiologia – havia a observação de que seriam dadas apenas noções. Constavam, ainda, as chamadas “belas artes”: piano, canto, dança, desenho e pintura¹⁹. A partir da descrição desse programa de ensino, pode-se afirmar que o Colégio Santa Izabel mantinha uma proposta de moralização através do ensino e formação da mãe de família. Está se falando, aqui, é

¹⁹ Sexo Feminino, 15 de novembro de 1889.

claro, de uma educação refinada, dentro dos parâmetros da época, para moças de elite que se tornariam mães de família. Ainda assim, o Colégio Santa Izabel inovava, proporcionando às mulheres continuação de seus estudos e o acesso a conteúdos considerados tipicamente masculinos. Também, pode-se afirmar que era um colégio sofisticado, com completo programa de ensino. O curso secundário, ao ensinar pedagogia com desenvolvimento da *tríplice educação*, visava introduzir as moças na profissão de professoras.

O projeto educacional de Francisca Diniz concebia a educação em três perspectivas distintas: física, intelectual e moral. Ou como ela mesma denominava, a *tríplice educação*. A educação física, em consonância com as propostas higienistas da época, deveria *formar homens robustos e sadios, aptos à vida laboriosa*. A educação intelectual cujo objetivo seria o de *adquirir conhecimento* e, finalmente, a educação moral que tinha por fim *encaminhar o homem para o amor do bem*.

Francisca Diniz, expunha, em seu jornal, a grade curricular, as despesas com a escola, o preço cobrado pelo seu colégio. Nesse sentido, demonstrava que acompanhava toda a discussão sobre a educação que permeou o século XIX. Ao mesmo tempo, buscava contribuir, introduzindo, inclusive, modelos educacionais estrangeiros no Brasil: “Sempre que for possível, será aplicado o sistema de ensino, dito indutivo ao concreto, tão proveitosamente adotado na

Europa e nos Estados Unidos”²⁰. Francisca Diniz não limitava suas críticas e contribuições apenas em relação ao conteúdo e às práticas educacionais. Ela também discorria sobre a atuação do Estado em sua função de promover a reforma educacional. Durante o período imperial, as políticas públicas de desenvolvimento dos serviços de instrução esbarraram na precariedade das finanças provinciais, que variavam bastante em razão da diversidade da realidade das províncias, e na falta de continuidade que era dada a essas políticas. Durante todo o século XIX, a instalação de um sistema de ensino alternou-se entre avanços e retrocessos sem alcançar uma verdadeira efetivação²¹. Francisca Diniz inseria em seu jornal críticas às políticas públicas, tais como construção de prédios escolares em um sistema desprovido de material e pessoal qualificado; correspondia-se com políticos vinculados à causa da educação; acompanhava o desenvolvimento das escolas normais, - os exames de admissão, quantas mulheres ingressaram, etc. - e noticiava o recenseamento feito sobre a frequência de alunos nas escolas.

Em razão das dificuldades no estabelecimento da rede pública de ensino, ocorreu, no século XIX, uma rede de escolarização doméstica. Muitas escolas funcionavam, na maioria das vezes, nas casa dos professores, os quais, muitas vezes, recebiam seu pagamento como forma de ajudar

²⁰ O Sexo Feminino, 29 de julho de 1875.

²¹ FARIA FILHO, Luciano Mendes, op. cit. p. 138.

no aluguel. Esse costume pode ser exemplificado no fato de que as duas escolas que Francisca Diniz instalou, ao se estabelecer no Rio de Janeiro, eram anexas à sua residência, sendo que o Colégio Maternal Nossa Senhora da Penha tinha o mesmo endereço de sua residência: *Rua do Lavradio 45 (Sobrado)*. No geral, a rede de escolarização doméstica caracterizava-se por funcionar em espaços cedidos pelos pais dos alunos, que contratavam o professor, arcando com as despesas da educação. Outro exemplo de escolarização doméstica, era quando diversos pais associavam-se, contratando coletivamente o professor e criando uma escola. Constituíam-se as chamadas escolas domésticas. O sistema particular de ensino chegou a atender um expressivo número de alunos superior à rede pública²². Francisca Diniz defendia esse modelo, propondo-o como forma de minimizar os problemas enfrentados pela educação no Brasil. Com relação a esse modelo de associação, Francisca Diniz tentou implantar um modelo que atendesse a meninas carentes, uma escola filantrópica que ela denominou de Escola Doméstica. Mesmo com dificuldades financeiras, Francisca Diniz, em de 15 de março de 1890, anuncia em seu jornal a instalação de uma Escola Doméstica anexa ao Colégio Santa Izabel. Essa escola propunha ministrar a instrução primária e o ensino de

²² Idem, p. 144 – 145.

trabalhos domésticos para *meninas menores, pobres e desamparadas, sem distinção de cor*, gratuitamente.

As Exmas. e caridosas senhoras que nos quiserem auxiliar em beneficiar tantas inocentes meninas lançadas à miséria, e que por nós socorridas, ..., poderão fazê-lo, já assinando o jornal O Sexo Feminino, cuja terça parte do rendimento lhes é destinado, ... As meninas recolhidas à Escola Doméstica, além da instrução elementar e ensino doméstico geral, terão o aperfeiçoamento de um ramo de ensino para que mostrem vocação e que lhes servirá de profissão mais tarde²³.

Importante ressaltar que Francisca Diniz foi uma mulher engajada na sua luta pelos direitos das mulheres em todos os aspectos de sua vida. Seus escritos foram direcionados a esse objetivo, sua profissão de educadora, a destinação de recursos próprios para o jornal e o trabalho filantrópico através da Escola Doméstica. Essa escola caracterizou-se como um projeto sintonizado com os ideais defendidos por seu jornal: educação para todos, desenvolvimento do país por meio da educação e acesso das mulheres a uma qualificação profissional. No programa da Escola Doméstica é possível perceber duas visões distintas por parte de Francisca Diniz. Primeiro, é uma proposta inovadora de levar educação, não

²³ O Sexo Feminino, 15 de março de 1890.

apenas às mulheres, mas às mulheres pobres, um projeto que consumia tempo e dinheiro, que a escritora não possuía. Ao contrário do que vigorava na época, Francisca Diniz não criou uma instituição de amparo onde as moças aprendiam prendas domésticas e, posteriormente, eram encaminhadas a matrimônios arranjados, mas um colégio onde poderiam aprender uma profissão. Conforme escrito anteriormente, na Escola Doméstica não haveria *distinção de cor*. No século XIX, dentre as iniciativas de inclusão de negros livres e libertos na instrução primária (as que efetivamente obtiveram algum sucesso), estavam cursos encabeçados por abolicionistas²⁴. Por outro lado, a Escola Doméstica inseria-se no projeto vigente de instrução para as camadas mais pobres da sociedade, pois, claramente, objetivava moralizá-las. Havia, também, a intenção da educação para o trabalho, sendo que a educação da “moça de família” do Colégio Santa Izabel pretendia instruí-la para ser uma *literata ou preceptora*, enquanto a Escola Doméstica pretendia educar a mãe da classe operária.

Apesar de todas as teorias vigentes que limitavam as mulheres ao ensino elementar, Francisca Diniz foi uma árdua defensora da instrução superior para o sexo feminino. Em diversos exemplares de *O Sexo Feminino*, há referências às mulheres que conquistaram o direito de adquirir um diploma

²⁴ GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. Negros e educação no Brasil. In: **500 Anos de educação no Brasil**. op. cit. p. 327.

de curso superior. A maioria desses exemplos diz respeito a mulheres estrangeiras, mas Francisca Diniz também citou valorosas brasileiras que tiveram que obter seus diplomas fora do país, denunciando, assim, o descaso por parte do Estado e da sociedade brasileira.

Entretanto, um campo profissional foi possível às mulheres e se configurava como uma profissão aceitável socialmente: a professora primária. Em relação ao exercício do magistério no Brasil, o processo de institucionalização da formação docente teria início a partir das décadas de 30 e 40 do século XIX, com o surgimento das primeiras escolas normais provinciais. Durante todo o século, esse tipo de instituição caracterizar-se-ia por um ritmo inconstante, de infundáveis reformas, criações e extinções de escolas normais. Do início da formalização da profissão docente no Brasil até a sua feminização passaram-se cinco décadas. Nesse período, uma profissão quase que exclusivamente masculina tornar-se-ia prioritariamente feminina²⁵. Como o que ocorreu na Escola Normal do Rio de Janeiro:

Consta do relatório apresentado pelo respectivo presidente da província à assembléia, que essa escola é freqüentada por 54 alunos, sendo 22 moços, e 32 moças. O mesmo se dá aqui em

²⁵ VILLELA, Heloísa de O. S. op. cit p. 101 - 119.

Campanha, onde o número de moças é muito superior ao de moços²⁶.

Essa aceitação deriva, em parte, dos discursos ideológicos que atribuíam a função de professora de crianças como uma continuidade da função materna, como traduzido em *O Sexo Feminino*: “Conciliando-se, ao mesmo tempo, os desvelos todos maternos, próprios ao período de vida em que se acham os alunos”²⁷. Essa teoria obteve respaldo nos discursos médico-higienistas e positivistas da época. A concepção da mulher como a educadora por excelência das crianças impregnou todo o imaginário da época, em *O Sexo Feminino* inúmeros artigos reiteravam esse pensamento dominante: “É problema resolvido, e hoje sem a menor contestação, que somente a mulher pode com vantagem educar a mocidade”²⁸.

123

A partir da relação educação e civilização, o professor deveria ser um agente capaz de reproduzir, além do conhecimento, a moralidade. A mulher-professora assumiria o papel de regeneradora moral da sociedade, possibilitando a difusão de idéias que a associam ao lar, à criança e à regeneração de uma sociedade “sadia”. A nova condição feminina do magistério fez, também, emergir mecanismos de controle e discriminação contra as mulheres, além de reforçar a imagem da mulher associada à domesticidade. Ao substituir

²⁶ *O Sexo Feminino*, 27 de setembro de 1873.

²⁷ *O Sexo Feminino*, 27 de setembro de 1875.

²⁸ *O Sexo Feminino*, 27 de setembro de 1875.

a mãe, esperava-se que a preceptora assumisse uma conduta materna, ou seja, assexuada, respeitável, pura. Os concursos para admissão nas escolas normais passaram a dar mais ênfase na moral e no comportamento dos professores do que em seus conhecimentos. Nacionalidade, idade e moral eram critérios de exclusão para quem pretendia exercer o magistério²⁹.

Se a pureza de costumes é tão importante no professor, o pudor é dos mais indispensáveis requisitos numa professora. A missão do professor é difícil, mas a da professora é sempre muito mais árdua. (...) A sociedade avalia pelo pudor da mulher a sua coroa de virgem, a sua virtude de esposa e a pureza de sua maternidade. (...) Como pregar a moral, senão quando deveras se sente? Como edificar a esperança de um povo inteiro senão como o exemplo? O mais recatado pudor e a mais rígida moral devem ser os principais adornos das professoras³⁰.

Apesar dos baixos salários, das dificuldades encontradas, do controle e do reforço da ideologia de domesticidade e maternagem, o magistério de crianças foi uma profissão que permitiu uma certa liberdade para as mulheres e, possibilitou a aquisição de conhecimentos, além

²⁹ VILLELA, Heloísa de O. S. op. cit p. 119 – 127.

³⁰ O Sexo Feminino, 12 de março de 1875.

de ter se constituído como uma boa alternativa a um casamento forçado ou a profissões menos prestigiadas como costureiras, governantas e parteiras. Assim, o magistério primário representou o ponto de partida possível naquele momento histórico. A ideologia da mãe educadora serviu como desimpedimento para a inserção profissional das mulheres, possibilitando um trabalho digno e remunerado³¹. Assim, nos escritos de Francisca Diniz é possível perceber estratégias para a emancipação econômica e social da mulher embutidas em discursos que à primeira vista aparentam apenas reforçar a condição feminina como restrita à família.

O jornal *O Sexo Feminino*, foi publicado, com duas interrupções, no período entre 1873 e 1890. Em 1889, passou a chamar-se *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, em homenagem à proclamação da República. Pode-se considerá-lo um periódico de sucesso, tendo em vista que *O Sexo Feminino* manteve sua publicação constante e, mais importante, manteve sua mensagem sem comprometer seu padrão em um Brasil cuja maioria dos jornais não ultrapassavam a um ou dois números³². Francisca Diniz, ao se despedir dos leitores de Campanha, agradece a colaboração de todos no que considera uma trajetória de sucesso do jornal. sobre o qual afirma que:

125

³¹ VILLELA, Heloísa de O. S. op. cit p. 119 – 122.

³² HAHNER, June, op. cit. p. 61.

Galhardamente fez a sua peregrinação pelo vasto mundo da imprensa; lutou como poderia faze-lo uma mulher; sempre saudado por seus delicados companheiros de igual peregrinação, encontrou a toda hora um caminho juncado de flores. (...) A tiragem deste hebdomadário era de 800 exemplares, e cousa singular, esta folha não contou 10 números devolvidos!³³

No Rio de Janeiro, Francisca Diniz teve que reimprimir 4.000 exemplares dos dez primeiros números de *O Sexo Feminino* tamanho o impacto que o jornal obteve. Sua publicação na Corte manteve-se constante, sendo que a interrupção foi motivada por fatores exógenos, como a epidemia de febre amarela que ocasionou a suspensão do jornal no ano de 1876. Em 1889, *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino* alcançou uma tiragem de 2.400 exemplares³⁴. Inicialmente, em especial durante sua primeira fase em Campanha, *O Sexo Feminino* era um semanário. No Rio de Janeiro, entretanto, Francisca Diniz encontrou maiores dificuldades financeiras para manter o jornal, passando a publicá-lo quinzenalmente. A longa duração da edição do jornal e sua expressiva vendagem foram, seguramente, frutos de uma estratégia editorial desenvolvida por Francisca Diniz que tinha formas de apelo e convencimento de suas leitoras

³³ *O Sexo Feminino* 07 de setembro de 1874.

³⁴ *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, 15 de dezembro de 1889.

bastante próprios. Tratava-se de sensibilizar o público feminino para o fato de que aquele era um órgão em defesa dos seus interesses. Para Francisca Diniz, era necessário convencer as mulheres da sua condição de inferioridade perante o homem, para que essas mulheres atuassem em defesa de seus próprios direitos. Os discursos da imprensa feminina divergiam em relação ao público a ser atingido, alguns jornais direcionavam sua argumentação para os homens na tentativa de persuadi-los a reconhecer os direitos das mulheres³⁵. O sistema de assinaturas, em destaque no cabeçalho do jornal trazia preços diferenciados para a localidade de origem e para outras regiões, preços promocionais, caso o assinante optasse pela assinatura anual, semestral, trimestral.

127

Para garantir a sobrevivência e a longevidade de sua folha, Francisca Diniz recorreu à colaboração de indivíduos que compreendiam a necessidade de sua causa e podiam viabilizar a publicação do jornal. Para garantir outros recursos para a manutenção do jornal, Francisca Diniz também recorreu a anúncios, que tiveram maior ocorrência na sua fase de publicação na Corte. Eram, em geral, anúncios de atividades culturais e dirigidos ao público feminino, tais como: espetáculos de teatro, venda de livros e coleções, aulas de piano, casas de modistas, produtos para a saúde, etc...

³⁵ HAHNER, June, op. cit. p. 36.

Durante o século XIX, os jornais feministas não podiam contar apenas com a defesa da maternidade ou dos direitos e aptidões da mulher para manter a atenção e lealdade de suas leitoras, mas também, sentiam-se obrigados a oferecer tanto entretenimento quanto informação³⁶. Para garantir a constância de um público consumidor, *O Sexo Feminino* alternou seus discursos com jogos, charadas, poemas e, é claro, com o folhetim. No caso de *O Sexo Feminino* houve a publicação de três folhetins, escritos por mulheres, sendo que um deles de autoria de sua filha Elisa Diniz. Os jornais femininos incentivavam as mulheres para que divulgassem sua produção literária, transformando-se em espaços de convivência onde se poderia desenvolver uma cumplicidade feminina.

Um dos aspectos que se pode observar em *O Sexo Feminino* é o esforço empreendido por Francisca Diniz para criar um circuito de divulgação e trocas com outros órgãos da imprensa, feminina ou não. É o caso, por exemplo, dos comentários sobre o surgimento de novos periódicos, comumente publicados, cuja importância era ressaltada por colaborarem na configuração de uma sociedade que, cada vez mais, lia e expressava suas idéias por meio da escrita. Também as cartas de agradecimento, que acusavam o recebimento de novas publicações cumpriam esse papel.

³⁶ Idem, p. 58.

Quando o número de jornais recebidos era muito grande, *O Sexo Feminino* não deixava de publicar, pelo menos, uma lista dos títulos. Enviava exemplares às redações de diversos jornais em todo Brasil, e até mesmo para fora do país. Esse costume tinha, a intenção de divulgar a causa das mulheres e, também, de incrementar as vendas de *O Sexo Feminino*. Francisca Diniz tinha ainda o costume de enviar exemplares do seu jornal a pessoas influentes politicamente, tais como ministros e conselheiros do Império e, em especial, a pessoas que tivessem influência na área educacional. Além de divulgar que os jornais eram enviados a outras redações, de outros locais, publicava as respostas recebidas como estratégia de valorização de seu impresso, de sua própria pessoa e, ainda para sugerir que a educação feminina era um tema de interesse cada vez mais amplo na sociedade. A assinatura de *O Sexo Feminino* pelo Imperador D. Pedro II e sua filha Princesa Izabel, foi noticiada com entusiasmo na publicação de 29 de julho de 1875.

Durante o século XIX, os jornais que se pretendiam constantes em sua periodicidade possuíam títulos que expressavam de maneira bastante direta a intenção de seus produtores, indicando que, na imprensa do período, a circulação de determinadas idéias se fazia por meio de sua associação a determinadas imagens, mais próxima ao

discurso publicitário³⁷. No caso de *O Sexo Feminino*, esse título era uma referência clara e direta à intenção do jornal, cujo título completo era: *O Sexo Feminino - um semanário dedicado aos interesses da mulher*. A escolha do nome *O Sexo Feminino* demonstra uma proposta diferenciada em relação a outros jornais que se utilizaram de metáforas que relacionavam a mulher a imagens de fragilidade e beleza, tais como: *O Bello Sexo* ou *A Violeta*. *O Sexo Feminino* faz, a nosso ver, uma referência maior à individualidade e à subjetividade femininas, uma demanda que a leitura e a escrita buscavam preencher, diferentemente de outros periódicos cujos títulos: *A Família*, *Archivo das Famílias*, *Jornal das Famílias* e *A Mãe de Família*, sugeriam leitores muito mais preocupados com a estrutura familiar e, talvez, o papel da mulher nesta estrutura. Mais ilustrativos em relação a suas propostas do que os títulos dos jornais, são os seus sub-títulos, espécie de resumo do conteúdo e da intenção presente no periódico³⁸. Francisca Diniz definiu seu jornal como um “semanário dedicado aos interesses da mulher”. Essa epígrafe variou com o tempo passando a *semanário literário, recreativo e noticioso*, sem, no entanto, deixar de lado sua proposta original de ser *especialmente dedicado aos*

³⁷ SEABRA, Elizabeth Aparecida Duque. **A escrita e a fala: idéias de monarquia e república nos folhetos e periódicos (1821 – 1825)**. Belo Horizonte: UFMG, 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999, p. 50.

³⁸ SEABRA, Elizabeth Aparecida Duque, op. cit. p. 50.

interesses da mulher. Evidenciando a ampliação de suas propostas para a sociedade brasileira e de seu entendimento do papel da mulher nessa sociedade, Francisca Diniz passou a qualificar seu jornal como uma “revista quinzenal, literária, recreativa, noticiosa e **política** especialmente dedicada aos interesses da mulher”³⁹. Além dos sub-títulos, eram constantes as citações nos jornais do século XIX. Em *O Sexo Feminino*, encabeçando a primeira página do jornal e iniciando todas as suas edições, constava a seguinte citação: “É pelo intermédio da mulher que a natureza escreve no coração do homem”, retirada do livro *Educação das mães de família ou A civilização do gênero humano pelas mulheres* de Aime Martin. Essa obra, premiada pela Academia Francesa em 1840 e traduzida para o português em 1870, enfatizava a regeneração da humanidade através da educação das mulheres. A escolha desse livro evidencia o foco central dos escritos de Francisca Diniz: o aperfeiçoamento da sociedade brasileira a ser conquistado por meio da educação das mulheres. Os jornais e periódicos brasileiros do século XIX eram publicados com uma clara intenção pedagógica ou doutrinária com vistas a atingir um público, tinham como objetivo a defesa de seus propósitos, orientando seus leitores para determinadas ações⁴⁰. Nesse sentido, *O Sexo Feminino* não pretendeu ser um periódico apenas noticioso ou um

³⁹ Grifo nosso.

⁴⁰ SEABRA, Elizabeth Aparecida Duque, op. cit. p. 45.

passatempo agradável para as mulheres. Seu objetivo, pode ser compreendido através do manifesto *O Que Queremos*:

Queremos a nossa emancipação – a regeneração dos costumes;

Queremos reaver nossos direitos perdidos;

Queremos a educação verdadeira que não se nos tem dado a fim de que possamos educar também nossos filhos;

Queremos a instrução pura para conhecermos nossos direitos, e dele usarmos em ocasião oportuna;

Queremos conhecer os negócios do nosso casal, para bem administrarmos-los quando a isso formos obrigadas;

Queremos em fim saber o que fazemos, o porque e pelo que das cousas;

Queremos ser companheiras de nossos maridos, e não escravas;

Queremos saber como se fazem os negócios fora de casa

Só o que não queremos é continuar a viver enganadas⁴¹.

No decorrer das edições de *O Sexo Feminino*, Francisca Diniz reafirmou a superioridade moral da mulher,

⁴¹ *Sexo Feminino*, 25 de outubro de 1873.

que ela considerava a *síntese de todas as perfeições*. Superioridade essa que, para a autora, não era intrínseca à condição feminina, mas originada principalmente em razão de seu papel junto à família, principalmente como mãe. A mulher seria a responsável pela reprodução da espécie, entretanto, esse conceito de reprodução não se limitava a um papel exclusivamente biológico, a mulher reproduziria todo um conceito vigente de família, e na qualidade de mãe, ela seria a responsável pela formação moral do futuro cidadão⁴²: “A sua missão na terra não se limita, como muita gente pensa, a procriar filhos, mas bons filhos”⁴³. Para Francisca Diniz, a maternidade é a missão mais importante a ser desempenhada pelas mulheres: “É claro que à mãe está assinalada a missão de fazer os perfectíveis; seu papel é um dos mais importantes e de primeira ordem na escala social da perfectibilidade humana”⁴⁴. Está presente nas páginas de *O Sexo Feminino* a importância da família para a construção de uma sociedade moderna e para a construção de uma nação que atendessem aos moldes de civilização.

Hoje no século XIX está mais que demonstrada a maravilhosa importância que a mulher tem na regeneração da humanidade. É no lar da família, é a sociedade em miniatura, é que pode e deve ser

⁴² CARVALHO, José Murilo de, **A formação das almas**: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 130.

⁴³ O Sexo Feminino 08 de agosto de 1875.

⁴⁴ O Sexo Feminino, 08 de agosto de 1875.

aproveitada a luz divinal que a mulher recebeu de Deus, e nem é mais permitido negar-se a sua superioridade na educação e instrução da mocidade⁴⁵.

Não há ato nenhum mais grave, nem mais digno de reflexões em todo o conjunto da vida social do que o da vida da família, a qual é a base da ordem social e tem por pedra angular a mãe de família⁴⁶.

É importante tentar compreender por que uma representante da luta pelos direitos das mulheres tenha escrito tanto sobre a valorização da família e do papel da mulher na esfera doméstica, processo que resultou num afastamento dessas mulheres da esfera pública, do mercado de trabalho e da participação política. É possível pensar que, para a mulher brasileira, a valorização de sua atividade na esfera privada, na esfera doméstica, representasse um ganho em seu status social⁴⁷:

A mulher, pertencente ao sexo frágil, como é denominado pela onipotência do homem, é um móvel, um brinquedo que o capricho de qualquer estóico coloca no canto da casa ou atira barbaramente à última escala social. Vedada da instrução, que a perspicácia masculina tem julgado

⁴⁵ O Sexo Feminino, 02 de junho de 1889.

⁴⁶ O Sexo Feminino, 02 de abril de 1873.

⁴⁷ HANER, June, op. cit. p. 38.

incompatível com o sexo, inconsciente de seus direitos ela, qual cordeiro humilde, deixa subjugar-se e esmagar-se pela manopla de ferro de qualquer bárbaro. (...) Que papel representa a mulher na sociedade? Quando filha, quando mãe, quando esposa ou viúva, sempre, sempre, manietada, oprimida e dominada desde o primeiro até o último homem. A mulher dotada com as mesmas faculdades do homem, com a inteligência e a razão abertas a receber o cultivo das letras, das artes e das ciências, para ser útil á pátria e desempenhar a sua missão na sociedade, a maior e mais santa missão da humanidade, que toda depende da mãe de família, deve chamar a si os foros que não pode negar-lhe uma sociedade culta. Instrução para o sexo feminino minhas caras patricias!⁴⁸

O Sexo Feminino propunha novos modelos de casamento, em contraposição aos modelos vigentes desde o período colonial. Ao contrário da subordinação da esposa ao marido, Francisca Diniz dava importância à igualdade entre os sexos no matrimônio e à contribuição da esposa nas decisões do casal, principalmente, o direito das mulheres de opinar sobre a renda familiar. Em diversas passagens de *O Sexo Feminino*, é possível perceber a preocupação da escritora

⁴⁸ *O Sexo Feminino*, 14 de setembro de 1873.

com a situação de miséria em que muitas mulheres se encontravam em razão de desmandos dos maridos, do abandono, causados, principalmente, pela ignorância das esposas sobre o dinheiro da família. Em relação ao uso do dote, Francisca Diniz era uma severa crítica dessa tradição: *Leva-lhe um rico dote: a sua virtude e o seu amor*⁴⁹. Tradição que ela considerava ultrapassada, causa de uniões por motivos materiais e símbolo da desvalorização do intelecto da mulher. Ao contrário da subordinação da esposa ao marido, Francisca Diniz dava importância à igualdade entre os sexos no matrimônio e à contribuição da esposa nas decisões do casal, principalmente, o direito das mulheres de opinar sobre a renda familiar. Francisca Diniz, ao escrever sobre o casamento, buscava não apenas reformular a esfera doméstica. Em seu discurso, estava presente a crítica à falta de direitos das mulheres ao contrair matrimônio. Essa crítica chegava mesmo a ser direcionada ao poder público, que ela considerava omissa em relação aos abusos cometidos pelos maridos, conforme pode ser compreendido pelo seu artigo intitulado *O Casamento*:

O casamento não deve nem pode deixar de ser um verdadeiro e sólido elemento de ordem, uma condição de vida não só para o indivíduo, mas também para a família e para a sociedade. O

⁴⁹ O Sexo Feminino, 04 de abril de 1874.

casamento sendo um contrato civilmente falando é pois sujeito à igualdade de direitos tanto civis quanto penais, (...). Sabemos que a lei não é um código de moral, e que o contrato denominado casamento, por sua natureza especial e santa, não deve estar, como qualquer outro contrato, sujeito a dissolubilidade; (...) A mulher, por seu recato, pudor caridade, etc..., nunca ou quase nunca acusa o marido, nem em circunstância alguma por mais desgraçada que seja, deve fazê-lo; mas a lei ao ministério público deveria incumbir de fazê-lo em seu lugar. O ministério público deve promover a repressão de semelhantes crimes cometidos pelo marido no lar da família e não deixá-los impunes⁵⁰.

137

Francisca Diniz defendia a independência financeira da mulher como forma dela tornar-se independente da autoridade masculina. Nas propostas normatizadoras presentes em *O Sexo Feminino*, estava colocada, ainda que de forma amena, a possibilidade da mulher sustentar a família: “Ela trará com o fruto do trabalho inteligente, porém leve, a riqueza material para a família, de quem é soberana, ou deve sê-la”⁵¹. A restrição aos ofícios tipicamente masculinos permanece e Francisca Diniz chegou, mesmo, a

⁵⁰ *O Sexo Feminino*, 16 de junho de 1889.

⁵¹ *O Sexo Feminino*, 29 de setembro de 1875.

listar quais seriam os trabalhos mais condizentes com a natureza feminina:

A mulher instruída, convenientemente, pode à vontade e com toda dignidade e propriedade de seu sexo ocupar o emprego de médico, de químico, naturalista, físico, farmacêutico, pintor telegrafista, taquígrafista, botânica, agente de correios, negociante de rendas, sedas fitas e muitos outros próprios do lar doméstico⁵².

Ao longo dos anos em que foi publicado, *O Sexo Feminino* trouxe inúmeros artigos referentes a esse novo papel da mulher, ao casamento e à família. Pode-se perceber que o objetivo não se restringia apenas a redefinir o papel da mulher na sociedade de modo que ela pudesse exercer de maneira mais exemplar seus deveres domésticos para com a família. Essa redefinição de papéis deveria representar ganho de direitos para essas mulheres. Um dos exemplos é esse editorial intitulado *A Mulher*: “É-lhe precisa [às mães] uma instrução sólida e precisa. É preciso que conheça seus direitos e seus deveres para melhor saber a nobre missão que tem a desempenhar no seio da família e da sociedade”⁵³. A educação era, pois, o direito mais importante que as mulheres estariam adquirindo com essa redefinição de papéis. Por mais

⁵² *O Sexo Feminino*, 29 de setembro de 1875.

⁵³ *O Sexo Feminino*, 08 de agosto de 1875.

que a valorização da família, maternidade e do casamento tenham arrastado e restringido as mulheres para o interior do lar e, de certa forma, mantido-as no universo doméstico, ao mesmo tempo possibilitou trazer à tona da sociedade brasileira a necessidade de oferecer educação e instrução à população feminina.

Apesar de Francisca Diniz ressaltar em tantos artigos a importância da mãe de família, fica claro que, para a escritora, a mulher deveria contribuir para a evolução da sociedade muito além da regeneração social. É o que se pode ver no artigo abaixo, intitulado A Racional Emancipação da Mulher, no qual Francisca Diniz defende a igualdade e a emancipação feminina, inserindo-as no contexto de liberdade e civilização das nações.

O Sexo Feminino surgindo novamente na imensidão do oceano das idéias apregoadas pela liberdade, não faz mais do que concorrer com seu pequeno, porém franco apoio, para fazer vingar as idéias que a maioria das nações civilizadas afagam, fazendo refulgir a racional emancipação da mulher, (...). repitamos: todas as nações sacodem esses restos de grilhões que antes se opunham ao seu aperfeiçoamento moral e intelectual, e erguendo-se ao seu verdadeiro nível,

atingem de dia em dia seu fito principal – **A civilização da humanidade**⁵⁴.

Para Francisca Diniz, a meta e o conceito de progresso seriam o de uma nação que valorizasse a instrução e a educação, e que essas abrangessem todos os cidadãos independentes de sexo, raça ou cor. E como para a autora a instrução feminina era a que se encontrava em maior abandono, o progresso de um país somente ocorreria a partir da educação das mulheres.

Durante a interrupção da publicação de *O Sexo Feminino*, Francisca Diniz reapareceu no cenário editorial, em 1880, com uma revista intitulada *Primavera: revista semanal, instrutiva e noticiosa*. *Primavera* foi lançada em 29 de agosto de 1880 e circulou por apenas um ano. Em seu primeiro editorial, intitulado *Às Nossas Leitoras*, Francisca Diniz manteve parte de seu estilo literário, presente em *O Sexo Feminino*, informando às suas leitoras os motivos de seu afastamento do Rio de Janeiro, os motivos da suspensão da publicação de *O Sexo Feminino* e, ressaltando que o jornal havia mantido um público leitor assíduo, tendo sua interrupção sido motivada por fatores não relacionados à sua vendagem.

Entretanto, o discurso expressava um tom bem mais moderado em relação aos direitos da mulher brasileira. A

⁵⁴ *O Sexo Feminino*, 02 de junho de 1889. Grifo da autora.

intenção de se produzir um discurso mais moderado, ou melhor, a intenção de se produzir um periódico desprovido de um caráter político-doutrinário explícito - como era usual na imprensa do século XIX - estava demonstrada já na escolha do próprio título, *Primavera*. Francisca Diniz, após anos editando um jornal, cujo título era tão expressivo como *O Sexo Feminino*, acabou cedendo ao que era comum na imprensa direcionada às mulheres, periódicos com títulos que sugeriam a fragilidade, ou mesmo o romantismo das mulheres. Mas, *Primavera* tinha a proposta de ser um semanário instrutivo e noticioso, como sugerido por seu próprio sub-título. No primeiro exemplar, logo depois do editorial *Às Nossas Leitoras*, havia um texto intitulado *Primavera*, que descrevia essa estação do ano e ressaltava o seu significado. O fato de a revista ter sido uma publicação editada aos domingos, conforme explicitado na primeira página da cada edição, já de alguma maneira a conformava como leitura de entretenimento e voltada para toda a família.

A *Primavera* foi uma revista cujo conteúdo era composto de notícias sobre os acontecimentos da capital e artigos de cunho cultural e instrutivo. Os editoriais, com exceção do primeiro, não se referiam à causa feminina. Os temas abordados eram, geralmente, de História Universal – muito utilizado por Francisca Diniz, principalmente em *O Sexo Feminino*, para referir-se aos seus ideais de civilização e progresso -, de religião e de artes. O editorial da segunda

edição apresentou um tema mais contundente que mesclava religião, Platão, César e Napoleão. Através dele, a escritora termina por condenar a religião mulçumana, definindo o Alcorão como “um livro tenebroso e confuso que há mil anos é o oráculo da metade do mundo”⁵⁵. A poesia tinha espaço constante na revista. No entanto, diferentemente de *O Sexo Feminino*, em *Primavera* os poetas colaboradores eram homens. A revista contou, inclusive, com a ilustre colaboração de Casimiro de Abreu em três edições. O noticiário caracterizava-se por conter informações de caráter cultural, tais como moda, festas, bailes, o festival de música Carlos Gomes. Os anúncios restringiram-se a anunciar casas de moda, pensões e, claro, anúncios de escolas, principalmente às de propriedade de Francisca Diniz. Na parte sobre moda, introduziu-se uma novidade: dicas do que seria a *última moda na Côte*.

Apesar dessa proposta mais cultural e do abandono da causa feminina, a *Primavera* dedicou grande parte de seus artigos à causa abolicionista, ou segundo palavras da própria editora: *propunhamo-nos a tratar da escravidão*⁵⁶. Em seus textos sobre a escravidão, Francisca Diniz adotou um tom bastante direto e politicamente engajado, como no exemplar de 03 de outubro de 1880, no qual reproduz um discurso proferido no parlamento *por um dos mais acérrimos*

⁵⁵ Primavera, 03 de outubro de 1880.

⁵⁶ Primavera, 10 de outubro de 1880.

partidários da idéia abolicionista, o deputado Marcolino Moura, sendo que esse discurso ocupou mais da metade da revista. Na edição de 17 de outubro, duas semanas após a publicação desse discurso, Francisca Diniz afirmava: “Os povos hoje sabem que comprar e vender um homem é um crime; é violar as leis de Deus e o direito da humanidade”⁵⁷.

A publicação da revista *Primavera*, fez com que Francisca Diniz ultrapassasse a condição de ser uma escritora exclusivamente militante, - que utilizava de seus escritos como um instrumento de divulgação de suas idéias de emancipação da mulher brasileira -, para se afirmar como escritora e editora. Através de sua própria trajetória pessoal, a autora se afirmou como um modelo de emancipação feminina, uma mulher que conseguiu se profissionalizar em uma seara tipicamente masculina e alcançou, com seu trabalho, reconhecimento e sustento financeiro.

Além da publicação desses dois periódicos, Francisca Diniz publicou um romance em 1886, *A Judia Rachel*, em co-autoria com sua filha Albertina Diniz. Dividido em duas partes, o livro narra a vida de Rachel, mulher, judia, escrava, esposa e mãe. Sua história começa na Europa quando, ainda criança, foi seqüestrada de sua família. A partir desse acontecimento, são relatadas uma série de desventuras até o desfecho feliz: o casamento com o príncipe Roberto, o reencontro com os pais e a vida tranqüila em família em um castelo na Suíça.

⁵⁷ Primavera, 17 de outubro de 1880.

É importante entender o que a publicação desse romance representava para suas autoras. No jornal, seus escritos eram uma forma de disseminação de suas idéias em defesa da emancipação da mulher, assumindo, portanto, um forte caráter propagandístico. Em *Primavera*, o viés ideológico permaneceu, porém, apresentando características mais instrutivas e com temas mais amplos. Afinal, para Francisca Diniz, ser uma romancista configurava-se em mais uma etapa que ela estava trilhando como escritora. Escrever um romance deve ter sido um grande desafio para Francisca Diniz. Afinal a afirmação de sua posição como escritora, impunha, necessariamente, a autoria de um romance. Francisca Diniz, ao eleger uma mulher como o personagem de seu romance, indicava a emergência da individualidade da mulher brasileira, individualidade essa que se expressou, principalmente, através da escrita. Coerente com a luta de sua autora pela emancipação feminina, o romance *A Judia Rachel* deve ser visto como instrumento de formação de um público leitor brasileiro e expressão da construção da subjetividade feminina através da literatura; afinal é escrito por uma mulher, narra a história de uma mulher e, com certeza, buscava um público de leitoras.

O desenvolvimento do gênero literário romance esteve relacionado com a expansão do público leitor⁵⁸. No Brasil, a

⁵⁸ Na Europa do século XVIII, bem como, no século XIX no Brasil, assistiu-se a um crescente interesse popular pela leitura, em especial pelos romances. Entretanto, esse aumento de leitores não representava, necessariamente, um

partir da segunda metade do século XIX, ocorria a formação de um público feminino, leitor e escritor de romances. Nesse período, ocorria no Rio de Janeiro o projeto de formação de uma sociedade letrada. A elite urbana brasileira valorizava a leitura como símbolo de instrução e como forma de sociabilização, sendo a prática da leitura entendida como uma forma de acesso ao saber erudito, ao *status* que a cultura letrada propiciava. O Rio de Janeiro possuía, em 1850, doze livrarias, em 1870, trinta e em 1890, quarenta e cinco livrarias⁵⁹. O interesse pelos romances, por parte do público leitor, pode ser medido pela estratégia editorial de publicação dos folhetins na imprensa da época. Tal foi o sucesso que o romance atingiu no século XIX, que a literatura podia configurar-se como um caminho para a popularidade⁶⁰. Nesse sentido, a publicação de um romance atendia a uma estratégia de divulgação. Ou seja, o público leitor e consumidor das propostas de emancipação feminina e de instrução da sociedade brasileira, veiculadas por Francisca Diniz, estava em formação. O desenvolvimento do romantismo no Brasil esteve vinculado a um público leitor feminino bastante extenso. Não apenas no Brasil como na Europa, as mulheres formavam o público alvo preferido dos

expressivo aumento do número de pessoas instruídas. Ver WATT, Ian. **A ascensão do romance**: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding. São Paulo: Companhia das Letras, 1990, p. 34 – 55.

⁵⁹ MORAES, Maria Arisnete Câmara de. **Leitura de mulheres no século XIX**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002, p. 32 – 55.

⁶⁰ CÂNDIDO, Antônio. **O romantismo no Brasil**. São Paulo: Humanitas/FFLCH, 2002, p. 42.

escritores romancistas. Entretanto, o romance, como definiu Nelson Werneck Sodré, era uma leitura que preenchia o ócio das mulheres e caracterizava-se como romance sentimental⁶¹. A literatura destinada às mulheres era considerada apenas como uma forma de lazer. Mas seu grande apelo popular acabou por fazer com que muitos passassem a ver nele um precioso instrumento pedagógico⁶². Francisca Diniz, com toda certeza, acompanhava essa discussão, optando pela escrita como forma de expressar suas idéias; utilizou-se, então, dos dois veículos em ascensão na sociedade brasileira: o livro e o jornal. Ela publicou não um romance sentimental, publicou, isto sim, um tratado ideológico, apresentando um estilo onde o tom didático ressaltava uma moral.

O romance *A Judia Rachel* pode ser inserido no estilo que Antônio Cândido definiu como literatura de carregação ou estilo romanesco. Esse estilo remete à primeira fase do romance, onde predominavam “paixões incontroláveis, sedução, raptos, traições, vilões terríveis, desonra, revelações de última hora, ausência de meias-tintas, ausência de nexos casual entre os acontecimentos, personagens estereotipados (radicalmente bons ou radicalmente maus)”. *A Judia Rachel* apresenta boa parte desses elementos, demonstrando que

⁶¹ SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

⁶² VASCONCELOS, Sandra Guardini T. **A formação do romance brasileiro: 1808 – 1860 (vertentes inglesas)**. Disponível em <<http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br/>>, p 8. Acesso em: 17 maio 2005.

Francisca Diniz e sua filha seguiram uma tradição muito própria do folhetim, ao contrário de outra linguagem do romance que apostava na vida comum dos homens e em cenas próximas do cotidiano⁶³. Entretanto, essa escolha se justifica em razão dessa tradição novelesca corresponder em maior escala à missão moralizadora que em parte foi atribuída ao romance, com seus desfechos onde o vício era punido e a virtude recompensada. A Judia Rachel é um livro fonte de princípios morais e virtudes que exaltam a atuação de uma mulher de ações benemerentes e heróicas.

Como já foi dito, A Judia Rachel é um romance escrito em co-autoria por Francisca Diniz e sua filha Albertina Diniz. A autoria do livro é comunicada, na capa da publicação, da seguinte maneira: o nome de Francisca Diniz em destaque, com a designação de “Directora do Colégio Santa Izabel”, o que sugere que esse cargo conferia status à autora e, provavelmente, insinuava a idéia de que o livro seria, além de passatempo, fonte de instrução e conhecimento. Após essa referência, vem o nome de Albertina Diniz, sendo devidamente explicitado que trata-se da filha de Francisca. A editora da obra é a José Assis Clímaco dos Reis, do Rio de Janeiro. O título completo do livro, com seus dois sub-títulos, é *Scenas Orientais – A Judia Rachel: romance original de costumes*. O termo *Scenas Orientais* justifica-se por ser o Oriente o cenário da história. Na verdade, o romance

⁶³ VASCONCELOS, Sandra Guardini T. op. cit. p. 25.

descreve um imaginário criado pelas autoras do que seria o Oriente e a cultura oriental. A expressão romance de costumes refere-se ao estilo literário da segunda metade do século XIX, muito popular, no qual o leitor encontrava narrado o cotidiano de sua sociedade. Houve grande interesse por parte do leitor brasileiro em deparar-se os lugares, os hábitos, o tipo de gente cuja realidade podia aferir, e que por isso lhe davam a sensação alentadora de que o seu país podia ser promovido à esfera atraente da arte literária⁶⁴. Então, se o romance de costumes retratava a realidade brasileira, porque A Judia Rachel, cuja história se passa no Oriente e na Europa, foi definido como tal? Primeiramente, o romantismo utilizou muito do interesse pelo exotismo de regiões longínquas e de outras civilizações, inclusive européia⁶⁵. Entretanto, além dessa influência literária pode-se compreender a obra A Judia Rachel como uma metáfora à situação da mulher no Brasil. O ideal de feminino presente em A Judia Rachel, é um ideal que busca superar, utilizando-se da imagem da mulher do Oriente, a condição de inferioridade a que estava submetida a mulher brasileira, inferioridade, esta, resultante do seu estado de ignorância. A única forma de superação desse estágio seria justamente a educação. A civilização oriental, descrita em A Judia Rachel, pode ser compreendida como uma referência ao Brasil, entendendo

⁶⁴ CÂNDIDO, Antônio, op. cit p. 41.

⁶⁵ CÂNDIDO, Antônio, **Presença da Literatura brasileira**: das origens ao romantismo. São Paulo: Difusão Européia, 1968, p. 250.

que o Oriente, em relação à posição da mulher em sua sociedade, represente a sociedade brasileira. Afinal, a realidade brasileira do século XIX, ainda era a de uma sociedade patriarcal, que herdara, do período colonial, a imagem de uma fazenda harém, na qual o senhor vivia rodeado de escravas. Em diversos artigos presentes em *O Sexo Feminino*, Francisca Diniz criticou a condição de escrava a que a mulher brasileira era submetida no casamento.

O Rio de Janeiro da segunda metade do século XIX foi o palco central das transformações que ocorreram no Império. Especificamente, em relação à vida das mulheres, o modelo de civilização do período tinha como locais e interesses femininos as modas de Paris, os bailes, a conversação amena dos salões e os romances de leitura recomendável a todas as moças solteiras. A representação da mulher e da mulher leitora em especial, presente em boa parte dos romances do Segundo Reinado, reproduzia esses conceitos, construindo personagens cuja rotina era constituída de passeios, bailes, piano e, é claro, uma leitura amena e prazerosa⁶⁶. Para Francisca Diniz e sua filha Albertina, a futilidade das mulheres de elite era um triste reflexo de um perfil feminino pouco preocupado com questões relacionadas à beleza interior, como o intelecto e os valores morais. Crítica essa bastante presente em *A Judia Rachel*, como na seguinte passagem:

149

⁶⁶ MORAES, Maria Arisnete Câmara de. Op. cit p. 78 – 79.

“Entregues absolutamente ao ócio, têm todavia uma grande habilidade na arte de se enfeitarem, e como sejam satisfeitas pelo sultão, em tudo o que desejam, gastam imensa soma em jóias..”.⁶⁷

Infelizmente, não é possível aquilatar a recepção que a sociedade do Rio de Janeiro ofereceu à *A Judia Rachel*. Como não foram encontradas críticas ao livro e dado o fato que ele restringiu-se a uma única edição, pode-se deduzir que ele não tenha se tornado um romance com ampla presença na maioria dos lares cariocas. Entretanto, acreditamos que o romance *A Judia Rachel* também poderá ser compreendido como uma significativa contribuição para a História da Literatura Brasileira. A produção literária de Francisca Diniz possui uma originalidade em relação à sua época. Afinal, o discurso feminista era uma novidade no Brasil e Francisca Diniz foi uma voz bastante radical na luta pelos direitos das mulheres. Ao mesmo tempo, Francisca Diniz foi uma escritora que se adequou ao mercado editorial de seu tempo e objetivava atingir um extenso público. Nos três impressos aqui analisados, é possível perceber a finalidade de Francisca Diniz como escritora, convencer as mulheres, seu público alvo, da necessidade de promoção da educação feminina. O acesso à educação permitiria a essas mulheres terem consciência de seus direitos e, a partir disso, reivindicá-los.

⁶⁷ DINIZ, Albertina A. e DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta. **A Judia Rachel**. Rio de Janeiro: José Clímaco dos Reis, 1886, p. 25.

Francisca Diniz tratou abertamente da inserção da mulher no espaço público, seja pelas críticas aos governantes, pela reivindicação à educação e ao trabalho, condenando a pena de morte, a escravidão, seja pela própria discussão sobre a política de seu tempo. Entretanto, seu discurso foi construído com idas e vindas, exigências e concessões, estratégias e escritos. Uma das formas com que Francisca Diniz atuou em prol de melhorias da sociedade, fora da esfera doméstica, foi a filantropia, que, no entanto, não representava inserção no espaço público, mas era bastante aceita socialmente. A filantropia foi um assunto muitas vezes discutido pelos órgãos da imprensa feminina no século XIX. Esses veículos propunham a organização de estabelecimentos e instituições filantrópicas com o objetivo de ajudar as classes pobres, moralizar seu comportamento e facilitar sua educação⁶⁸. As mulheres que realizavam tarefas filantrópicas fora do lar eram mais aceitas do que as que invadiam o domínio masculino dos assuntos públicos⁶⁹. Além da sua atuação com a Escola Doméstica, Francisca Diniz apresentou em *O Sexo Feminino*, exemplos filantrópicos que ocorriam em outras partes do mundo, como uma maneira de sensibilizar seus leitores e fornecer modelos que poderiam ser seguidos na realidade brasileira.

⁶⁸ BICALHO, M. F. B. **O belo sexo**: imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1988, p. 233.

⁶⁹ HANER, June, op. cit. p. 77.

Francisca Diniz evitou assumir, abertamente, o seu posicionamento frente ao sistema político brasileiro. Ao contrário de muitos periódicos do século XIX, que surgiam para defender ou acusar o regime político, *O Sexo Feminino* tendia a respeitar a figura do governante, apoiando o Imperador e, à época da proclamação da República, apoiando a mudança de regime político.

Que nossa folha não é política, e por tanto não tem que se ingerir no grande problema social de qual seja a melhor forma de governo, se monarquia absoluta, constitucional, teocracia, democracia ou república aristocrática (...) Se estivéssemos sob a forma de governo republicano saudaríamos de bom grado o presidente da república; mas como estamos dominados pela monarquia, (...) Não sabemos em que grande república ou republiqueta a mulher deixe de ser escrava, e goze de direitos políticos, como o de votar e ser votada⁷⁰.

Entretanto, não pode ser desprezado o fato de ela ter denominado seu jornal como *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino* em homenagem à Proclamação da República. É claro que, acompanhando os movimentos políticos brasileiros, Francisca Diniz pode expor de forma mais clara um

⁷⁰ *O Sexo Feminino*, 20 de dezembro de 1873.

posicionamento político mais definido. Junto à proclamação da República, *O Sexo Feminino*, ou melhor, *O Quinze de Novembro do Sexo Feminino*, jubilou-se com o novo regime político, que a autora definiu como *democracia estabelecida no território brasileiro*, o qual, para ela, fez desaparecer *em um momento os preconceitos de nobreza de nascimento*⁷¹. Francisca Diniz pode ter sido influenciada pelo ambiente político de seu tempo, as agitações da década de 1880. A morte de seu marido pode ter posto fim a uma influência monarquista que ele certamente exercia sobre ela. Ou simplesmente, teria Francisca Diniz mudado de opinião e, conseqüentemente, de posição frente ao regime político em razão de sua trajetória de vida na luta pelos direitos para as mulheres. O certo é que se, em 1873, a forma de governo não é o mais pertinente, em 1880 ela escreveu o seguinte texto:

Um povo convicto da superioridade dos nobres como sob o antigo regime feudal, curva-se perante a realeza e nobreza; obedecendo a ambos, julgavam obedecer à justiça e à razão. Eis a causa única de sua obediência. Chegue um dos poderes ao povo, a descobrir que está em erro; imediatamente despedaçar-se-ão as cadeias e despindo as crenças que o retinham escravo,

⁷¹ *O Sexo Feminino*, 15 de dezembro de 1889.

correm em busca da justiça em que ele reconhece o direito de governar⁷².

Da mesma maneira compreendia que a forma de governo não representava, diretamente, mudanças nos direitos das mulheres. Francisca Diniz via poucos benefícios na obtenção do direito ao voto. Entretanto, a partir da década de oitenta do século XIX, em meio à agitação republicana, acentuou-se a discussão sobre o voto feminino no Brasil. Algumas feministas passaram a exigir esse direito, causando escândalo entre muitos brasileiros e brasileiras. Após a proclamação a República, *O Sexo Feminino* passou a reservar uma coluna em defesa do sufrágio feminino. O sufrágio feminino encontrou forte resistência masculina, baseando-se na suposta nobreza, pureza e domesticidade das mulheres⁷³. Na Assembléia Constituinte de 1891, a discussão sobre o voto feminino levantou argumentos sobre a importância do papel da mulher no lar, sua função primordial na família e a importância da família para a sociedade. Logo, o sacrossanto lar não poderia ser colocado em risco pela competição entre a mulher e o homem. Francisca Diniz, antevendo essa resistência, declarou: “Nós a mulheres não queremos ser Presidentes de República, Coronéis de Regimento, etc, etc..”.⁷⁴. Para em seguida propor novas possibilidades vetadas às mulheres:

⁷² Primavera, 17 de outubro de 1880.

⁷³ HANER, June, op. cit. p. 78 - 85.

⁷⁴ O Quinze de Novembro do Sexo Feminino, 06 de dezembro de 1890.

Mas, que a mulher, como ser inteligente, é capaz de fazer tudo o que faz o homem, tendo ainda segura e ampla esfera de ação no mundo moral e sensível, é fato demonstrado. (...) As profissões livres não são vedadas; há médicas e advogadas exercendo suas profissões livremente. Em conclusão, a mulher na maior parte dos países onde prevalece a civilização, ..., não está já sobre o jugo despotamente exercido pelo poder marital, e goza de maiores privilégios⁷⁵.

A partir do que ela considerava a *democracia estabelecida*, *O Sexo Feminino* ampliou a discussão a respeito da participação política das mulheres, defendendo seu direito ao voto. Resta-nos imaginar que, a partir de sua crítica a uma *republicueta* em que *a mulher não goze de direitos políticos, como o de ser votada*⁷⁶, Francisca Diniz vislumbrava o princípio de novas possibilidades à mulher brasileira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A proposta deste artigo, além da análise dos próprios escritos, foi de resgatar uma personalidade do século XIX -

⁷⁵ O Quinze de Novembro do Sexo Feminino, 06 de dezembro de 1890.

⁷⁶ O Sexo Feminino, 20 de dezembro de 1873.

uma mulher, ao mesmo tempo, tão comum e tão especial - e, a partir de suas próprias palavras, retratar questões pertinentes às mulheres de sua época. Apesar de, por um lado, a imprensa feminina ter falado tanto sobre o casamento, a família e a maternidade, por outro, retratou mulheres que possuíam outras dimensões que não deixavam de ser uma novidade em seu tempo. Eram leitoras, escritoras, professoras, literatas, trabalhadoras, que, muitas vezes, tiveram que ir a público contar suas histórias no sentido de legitimar esse espaço que elas já estavam ocupando. A trajetória de Francisca Diniz revela a necessidade que tinham essas mulheres do século XIX de recorrerem à escrita como meio de expressão.

A imprensa feminina do século XIX produziu e reproduziu os inúmeros discursos do período, que tratavam da condição feminina, e elegeram a educação como sua principal reivindicação. A instrução da mulher promoveria sua valorização na esfera doméstica, no lar e na família, ou melhor, a educação prepararia a mãe de família para exercer um papel que lhe era naturalmente devido: a de responsável pela educação dos filhos e responsável pela formação moral da família. A sua função moralizadora estendeu as atribuições das mulheres para a sociedade.

A valorização da mulher na esfera doméstica representou condição fundamental para as reivindicações da imprensa feminina em relação ao mercado de trabalho e à

participação política. O acesso à educação possibilitou o ingresso das mulheres nos cargos de professoras e possibilitou o exercício da atividade de escritoras. Da mesma forma, a instrução da mulher lhe forneceu subsídios para reivindicar o direito de participação política e permitiu que participasse da esfera pública por meio da participação na esfera literária.

Nesse sentido, é possível ressaltar o aspecto político do jornal *O Sexo Feminino*. Também, a partir da sua luta pelos direitos das mulheres, pode-se afirmar que Francisca Diniz foi uma representante do movimento feminista brasileiro. A luta das mulheres no decorrer do século XIX caracterizou-se por uma série de permanências e recuos, estratégias e escritos. A escrita configurou-se, para essas mulheres, como a estratégia de negociação possível de acordo com o momento histórico vivido.

157

FONTES

O Sexo Feminino: periódico dedicado aos interesses da mulher (1873 - 1889).

O Quinze de Novembro do Sexo Feminino: periódico quinzenal recreativo noticioso (1889 - 1890).

A Primavera: revista semanal, instructiva noticiosa (1880).

DINIZ, Albertina A. e DINIZ, Francisca Senhorinha da Motta.

A Judia Rachel. Rio de Janeiro: José Clímaco dos Reis, 1886.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, B. M. **Ideologia e feminismo**: a luta pelo voto no Brasil. Petrópolis: Vozes, 1980.

_____.; PITANGUI, Jacqueline. **O que é feminismo**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BICALHO, M. F. B. **O belo sexo**: imprensa e identidade feminina no Rio de Janeiro em fins do século XIX e início do século XX. Rio de Janeiro: UFRJ, 1988. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 1988.

159

BLAKE, Augusto Victorino Alves Sacramento. **Diccionario bibliographico brasileiro**. Rio de Janeiro: 1883-1902.

CÂNDIDO, Antônio. **Presença da Literatura brasileira**: das origens ao romantismo. São Paulo: Difusão Européia, 1968.

_____. **O romantismo no Brasil**. São Paulo: Humanitas/FFLCH, 2002.

CARVALHO, José Murilo. **A formação das almas**: o imaginário da república no Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

DUARTE, Constância Lima. A ficção didática de Nísia Floresta. In: **500 Anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

_____. A mulher e o jornalismo: contribuição para uma história da imprensa feminista. In: **Mulher**: cinco séculos de desenvolvimento na América: capítulo Brasil. Belo Horizonte: Federação Internacional de Mulheres da Carreira Jurídica, 1999.

GONÇALVES, Luiz Alberto Oliveira. Negros e educação no Brasil. In: **500 Anos de educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

HAHNER, June. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas**: 1850 –1937. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981.

MORAES, Maria Arisnete Câmara de. **Leitura de mulheres no século XIX**. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

NASCIMENTO, Cecília Vieira do. **O Sexo Feminino em campanha pela emancipação da mulher (1873 – 1874)**. Belo Horizonte: UFMG, 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2004.

SEABRA, Elizabeth Aparecida Duque. **A escrita e a fala:** idéias de monarquia e república nos folhetos e periódicos (1821 – 1825). Belo Horizonte: UFMG, 1999. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 1999.

SHUMAHER, Schuma; BRAZIL, Érico Vital. **Dicionário mulheres do Brasil.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SODRÉ, Nelson Werneck. **História da Imprensa no Brasil.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

161

VALLADÃO, Alfredo. **Campanha da Princesa.** São Paulo: Revista dos Tribunais, 1942.

VASCONCELOS, Sandra Guardini T. **A formação do romance brasileiro:** 1808 – 1860 (vertentes inglesas).

Disponível em:

<<http://www.caminhosdoromance.iel.unicamp.br>>.

VILLELA, Heloísa de O. S. O mestre escola e a professora. In: **500 Anos de educação no Brasil.** Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

WATT, Ian. **A ascensão do romance**: estudos sobre Defoe, Richardson e Fielding. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.